

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO E SUSTENTÁVEL DE
RIO DA CONCEIÇÃO

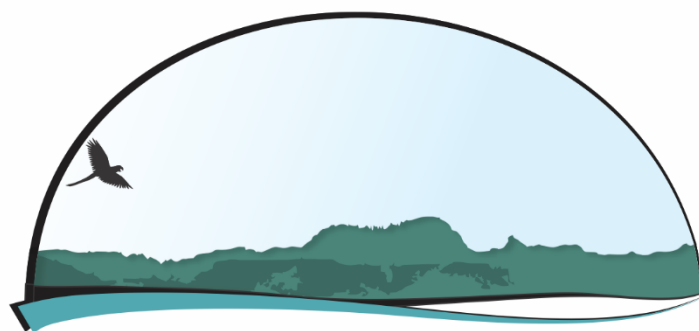
RP-00
PLANO DE TRABALHO DETALHADO



INSTITUTO
DE ATENÇÃO ÀS CIDADES



PREFEITURA MUNICIPAL DE
RIO DA CONCEIÇÃO



PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO E SUSTENTÁVEL DE
RIO DA CONCEIÇÃO

RIO DA CONCEIÇÃO
Maio - 2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DA CONCEIÇÃO

Edinalva Oliveira Ferreira Ramos
Prefeita

Gilson Lopes da Silva
Vice-prefeito

Sandra Oliveira dos Santos
Chefe de gabinete

Secretaria Municipal de Habitação

Thamilles da Silva Ramos Santos
Secretária

Bete Cleibe Cardoso de Sousa
Diretora de Regularização Fundiária

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviços Urbanos

Rafael Ribeiro Dos Santos
Secretário

Secretaria Municipal de Assistência Social

Joelma Paiva dos Santos
Secretária

Secretaria Municipal de Turismo

Romário Lopes Cardoso
Secretário

Secretaria Municipal de Administração

Judson Ferreira de Sousa
Secretário

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT

Luis Eduardo Bovolato
Reitor

Ana Lúcia de Medeiros
Vice-reitora

Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Estado do Tocantins - FAPTO

Leo Araújo da Silva
Diretor Presidente

Equipe Técnica – Instituto de Atenção às Cidades – UFT**Coordenação e Acompanhamento**

Humberto Xavier de Araújo – Doutor em Engenharia Elétrica – Professor da UFT.
Coordenador de Geral

Pedro Igor Galvão Gomes – Arquiteto e Urbanista.
Coordenador e responsável técnico

Juliana Barros Martins Coelho – Bacharel em Direito.
Assistente da Coordenação

Especialistas

Renato Silva Reis – Arquiteto e Urbanista - Mestre em Geografia – Técnico da UFT.
Especialista em Ordenamento Territorial

Sarah Afonso Rodvalho – Doutora em Desenvolvimento Regional – Professora da UFT.
Especialista em Ordenamento Territorial

Sarah Afonso Rodvalho – Doutora em Desenvolvimento Regional – Professora da UFT.
Especialista em Ordenamento Territorial

Clara Silva Gonçalves – Geografa.
Especialista em Des. Regional e Meio Ambiente

Thaiane Adriela Saueressig – Arquiteta e Urbanista.
Especialista em Infraestrutura Urbana

Nailson Martins Dantas Landim – Mestre em Modelagem Computacional.
Especialista em Tecnologia da Informação

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	5
2. JUSTIFICATIVA.....	6
2.1. ELABORAÇÃO DE PLANOS DIRETORES PARTICIPATIVOS	8
3. OBJETIVO GERAL	8
3.1. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	9
4. ESTRUTURA METODOLÓGICA	9
5. METODOLOGIA E PRODUTOS.....	10
5.1. FASE 0 – ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	11
5.2. FASE A – PLANEJAMENTO.....	11
5.3. FASE B – DIAGNÓSTICO URBANO-RURAL.....	13
5.4. FASE C – INSTRUMENTAÇÃO	15
6. RESPONSÁVEIS	15
7. EQUIPE TÉCNICA	16
7.1. EQUIPE CHAVE	16
7.2. MINI-CURRÍCULOS	16
7.3. DISTRIBUIÇÃO DAS COMPETÊNCIAS.....	18
8. ESCOPO E PRAZOS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.....	20

1. APRESENTAÇÃO

Os moradores, tanto da cidade quanto da zona rural, costumam ter muitas dúvidas sobre diversos aspectos do município onde vivem. Assim, os questionamentos surgem a todo instante: por que a estrada que liga os assentamentos rurais à cidade não é asfaltada? A instalação de uma grande loja na área central vai congestionar o trânsito nos horários de maior movimento? É permitido construir próximo ao córrego? E transformar uma área de chácara em lotes residenciais? Por que o ônibus demora tanto? Não há opções de lazer para os jovens, além de poucas oportunidades de trabalho.

O que pode ser feito?

As questões acima, desde as mais cotidianas àquelas de maior complexidade, devem ser respondidas pelos gestores municipais (prefeito, vice-prefeito, secretários) e também pelos vereadores. Neste sentido, como os moradores podem obter essas (e outras) respostas? Por outro lado, como os gestores e legisladores do município podem efetivamente respondê-las? Para ambos os casos, a resposta é uma só: a elaboração do Plano Diretor Participativo Municipal.

O nome pode ser extenso e, não raro, de difícil compreensão, mas o Plano Diretor Participativo Municipal (PDPM) é um dos principais instrumentos legais responsável por orientar não apenas o planejamento do município (considerando os diferentes tempos de duração das ações e os distintos espaços nos quais essas ações irão ocorrer), mas também a formulação/atualização de políticas e leis específicas, nos planos social, cultural, econômico e ambiental.

Portanto, o Plano Diretor Participativo Municipal (PDPM) é, em primeiro lugar, uma lei. Além da sua importância de caráter geral, no caso de **Rio da Conceição**, no estado do Tocantins, há o fato do município contar integrar área de especial interesse turístico, por se inserir na região das Serras Gerais. Essa condição torna **OBRIGATÓRIA** e **URGENTE** a elaboração da Lei do Plano Diretor, em conformidade com o Estatuto da Cidade (Lei Federal nº. 10.257/2001, Art. 41, IV).

De modo complementar ao Estatuto da Cidade, no contexto do marco legal de elaboração do PDPM devem ser igualmente observadas as Resoluções nºs. 25/2005, 34/2005 e 83/2009 do Conselho das Cidades, bem como as normas para elaboração de Plano Diretor da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas – NBR 12267/1990).

Entretanto, a elaboração do Plano Diretor de Rio da Conceição não deve ser encarada apenas como uma obrigação prevista pela legislação vigente. Esta iniciativa também significa um compromisso social, isto é, uma relevante oportunidade para fortalecer o exercício da cidadania – através do estímulo à participação qualificada e ativada população – bem como para criar mecanismos sólidos, que auxiliem os gestores no cumprimento da função social da propriedade e da cidade.

Com o intuito de contribuir com o desenvolvimento econômico e social do município de Rio da Conceição, no Tocantins, o Instituto de Atenção às Cidades - IAC, da UFT, por meio da Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins – FAPTO, apresenta esta **Proposta Técnica para a elaboração da Planta Cartográfica e do Plano Diretor Participativo e Sustentável de Rio da Conceição - TO**, conforme detalhamento a seguir.

2. JUSTIFICATIVA

O Artigo 182 da Constituição Federal determina que a política de desenvolvimento urbano seja implementada de modo a garantir plenamente a função social da cidade e o bem-estar dos seus habitantes. Esta política deve estar expressa em Lei, através do instrumento Plano Diretor Municipal. Ainda segundo a constituição, esta Lei deve ser executada pelo Poder Público.

Importante observar que, antes mesmo da aprovação do Estatuto da Cidade – a Lei Federal nº 10.257/2011, a Constituição Federal já havia subordinado os agentes públicos ao Plano Diretor, e este plano a um “desenvolvimento urbano” cujas diretrizes atendessem ao cumprimento da função social da propriedade e como resultado, expressasse uma vida melhor para todos.

Este conceito, da função social da propriedade, materializado no Estatuto da Cidade, é inovador no entendimento de que a propriedade deve cumprir uma função social, o que se aplica tanto para áreas urbanas quanto para zonas rurais: a propriedade tem de ser produtiva, socialmente útil, isto é, que garanta o pleno exercício do direito à cidade por todos os seus habitantes.

Portanto, segundo o Estatuto da Cidade, é o Plano Diretor que deve dizer qual a destinação de cada pedaço do território do município. E sob a ótica da função social da cidade, a ocupação de todas as áreas deverá considerar o bem-estar coletivo, de todos os habitantes do município, seja ela residência, comércio, indústria, serviços, área pública ou área para equipamentos coletivos.

Essa busca pela equidade urbana e uma melhor distribuição dos ônus e benefícios (bônus) do processo de urbanização constituem as metas primordiais desta política, cujos pilares são:

- I -** o Plano Diretor - não somente validado pela população, mas legitimado através de uma participação plural, constante e consciente;
- II -** a gestão democrática e o permanente processo de fortalecimento do controle social; e,
- III -** o direito à moradia digna e acesso aos serviços urbanos - que somente serão possíveis com a aplicação sistemática dos instrumentos previstos de recuperação da mais-valia gerada pelos investimentos públicos aplicados conjugadamente no território do município.

Com efeito, o Plano Diretor reafirma que o objetivo do planejamento municipal é o bem-estar social indistinto e a redução das desigualdades socioespaciais, fornecendo uma gama de instrumentos para serem executados com vistas a esta finalidade única, e cujo acompanhamento e fiscalização podem e devem ser realizados pela sociedade por meio do Conselho da Cidade, que se integra a todas as suas fases, desde a sua constituição à posterior implementação.

Sob esta perspectiva, o Plano Diretor também é “Participativo”, uma vez que a participação popular deve ser considerada no seu sentido mais amplo e efetivo, como meio para a formação da cidadania, e em particular, como processo educativo que gera uma reflexão crítica do modelo de sociedade e de município que vivenciamos e/ou queremos, estimulando cada cidadão a se colocar nesse contexto e entender o seu papel e as suas possibilidades de ação (direitos e deveres) em busca de um cenário desejado, com vistas a uma sociedade mais democrática.

No que se refere ao lugar, criado no início da década de 1990, o município de Rio da Conceição encontra-se localizado na região sudeste do estado do Tocantins, na Região Intermediária de Gurupi e na região imediata de Dianópolis (IBGE, 2021), cujas coordenadas geográficas apresentam 11° 24' 01" de latitude sul e 46° 53' 00" de longitude oeste (IBGE, 2016).

Com área territorial de 771,112 km², população estimada de 2.211 habitantes (IBGE, 2021) e Produto Interno Bruto (PIB) per capita de R\$ 10.876,26 (IBGE, 2019), Rio da Conceição limita-se ao norte com o município de Mateiros e Almas, ao sul com o município de Dianópolis, região que exerce maior influência de centralidade em Rio da Conceição, classificada como Centro de Zona 4^a (IBGE, 2018), a oeste com o municípios de Porto Alegre do Tocantins e a leste com o município baiano de Formosa do Rio Preto, conforme ilustra a **Figura 1**, a seguir.

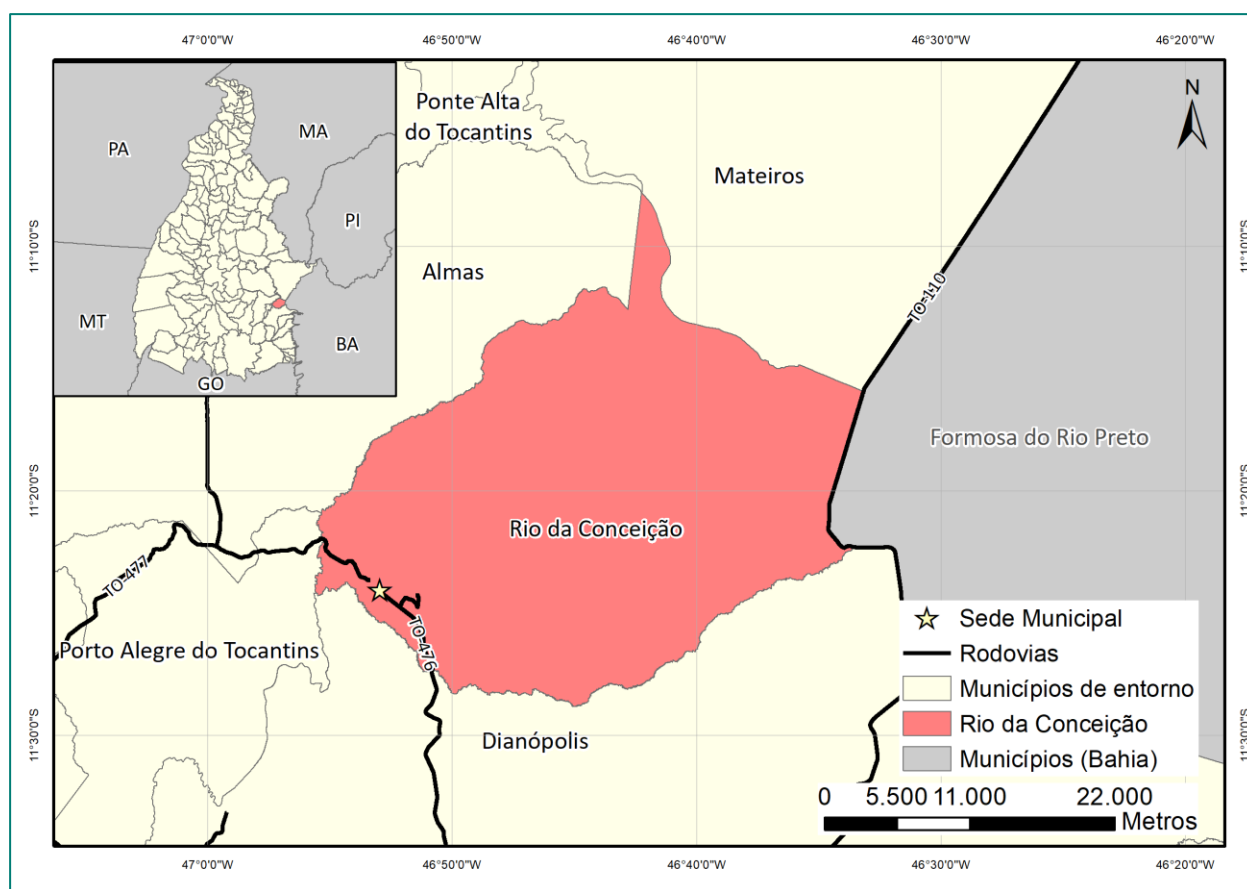


Figura 1. Mapa de localização do município de Rio da Conceição - TO.

No tocante à localização geográfica, Rio da Conceição assume posição estratégica no contexto regional, seja pelo potencial do agronegócio (escoamento da produção agrícola do oeste baiano para a região centro-oeste do Brasil e inserção competitiva na região do MATOPIBA), seja pelo potencial turístico – ao integrar o roteiro das Serras Gerais (ecoturismo e turismo histórico), seja pela presença de um importante projeto de fruticultura irrigada (Projeto Manuel Alves).

2.1. ELABORAÇÃO DE PLANOS DIRETORES PARTICIPATIVOS

A dinâmica social em um dado território resulta em alterações constantes da forma urbana, ou seja, na sua morfologia e paisagem. Os Planos Diretores elaborados de maneira participativa revelam, por sua vez, o reconhecimento de um planejamento urbano politizado, que coloca sobre a mesa os conflitos, mas também se revela capaz de conduzir a um pacto social – o Plano Diretor – fruto de um dado momento/contexto histórico, balizado pelos preceitos do Estatuto da Cidade.

A Resolução Nº. 83 do Conselho das Cidades (CONCIDADES, MCIDADES, 2009) reforça o papel do Conselho Municipal como supervisor de todo o processo, bem como da amplitude da participação, quantitativa e qualitativamente, como explicitam os Artigos 4, 6 e 7. Em consonância, a Resolução nº. 25/2005 do Conselho das Cidades, em seus artigos 3, 4, 5, 6, 7 e 8, expressa de forma detalhada alguns aspectos sobre a participação da sociedade que merecem destaque, pois irão nortear todas as etapas da elaboração do Plano Diretor de Rio da Conceição.

- I - a coordenação do processo participativo de elaboração do Plano Diretor deve ser compartilhada, por meio da efetiva participação do poder público e da sociedade civil, em todas as etapas do processo, e mais, que a coordenação do processo participativo pode ser do Conselho Municipal;
- II - quanto à publicidade, destacamos que a comunicação dos eventos deve ocorrer através de meios de comunicação de massa, material gráfico de linguagem acessível, bem como estudos e propostas devem estar disponíveis para a população acessar pelo menos 15 dias antes das reuniões referentes à Leitura Comunitária, e ainda, que sejam divulgados os resultados dos debates de todas as etapas do processo;
- III - as ações de sensibilização, mobilização e capacitação devem ser voltadas para os atores sociais, preferencialmente para as lideranças comunitárias, movimentos sociais e profissionais especializados; e,
- IV - a formalidade das Audiências Públicas confere validade às “reuniões” e integram o processo participativo de elaboração do Plano Diretor, e além desta, podem ser utilizados outros tipos de “reunião” como as conferências, os congressos, os fóruns e os conselhos. Estes são os formatos legalmente admitidos de processo democrático, cada qual com método e objetivos diferentes, para informar, colher informações, debater, analisar, durante a elaboração do plano.

3. OBJETIVO GERAL

O objetivo geral dessa proposta técnica, é através de uma metodologia com inovação tecnológica, auxiliar a prefeitura municipal na **Elaboração da Planta Cartográfica e Plano Diretor Participativo e Sustentável de Rio da Conceição - TO**, em consonância com os fundamentos, objetivos e diretrizes da Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001, o Estatuto da Cidade, e suas regulamentações.

3.1. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

A fim de facilitar o acompanhamento das atividades desenvolvidas bem como a medição dos resultados alcançados, o objetivo geral será plenamente atendido quando os três objetivos específicos forem alcançados.

- I -** Elaborar a base vetorial georreferenciada da cidade com as feições espaciais dos parcelamentos, com informações de quadra, projeção da edificação, número de lote e área nos parcelamentos formais e vetorização das ocupações irregulares
- II -** Planejar as atividades de elaboração e comunicação do Plano Diretor Participativo Municipal, incluindo as ações de sensibilização, mobilização, formatação e nivelamento dos atores envolvidos;
- III -** Avaliar a situação atual do município por meio das Leituras Técnica e Comunitária; e
- IV -** Elaborar e sistematizar as propostas através de metodologias inovadoras na redação do Projeto de Lei do Plano Diretor.

4. ESTRUTURA METODOLÓGICA

Em toda sua execução, os trabalhos serão pautados pelos fundamentos, objetivos e diretrizes gerais da Lei Federal Nº 10.257 de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade) que regulamenta o capítulo "Política Urbana" da Constituição Federal, detalhando e desenvolvendo os artigos 182 e 183. O objetivo do Estatuto é garantir o direito à cidade como um dos direitos fundamentais da pessoa humana, para que todos tenham acesso às oportunidades que a vida urbana oferece.

A proposta tem abrangência em todo o município de Rio da Conceição - TO, incluindo as áreas rurais e urbanas, totalizando cerca de 845,823 km² de área municipal, considerando ainda sua inserção regional. De maneira a organizar e facilitar o acompanhamento do trabalho a metodologia desta proposta técnica está dividida em três fases, conforme descrição a seguir:



Paralelamente à sua elaboração, os trabalhos serão apresentados e discutidos com o Grupo Gestor (GG) da Prefeitura de Rio da Conceição - TO. Este GG será formado por servidores e funcionários do poder público municipal com o objetivo de acompanhar as atividades em andamento, os resultados e facilitar o acesso da Equipe Técnica à cidade e documentos oficiais.

Para facilitar a compreensão dos serviços, a **Figura 2**, a seguir, apresenta o escopo geral dos serviços propostos com um organograma.



Figura 2. Escopo geral dos serviços contemplados nesse plano de trabalho.

5. METODOLOGIA E PRODUTOS

A metodologia de trabalho foi dimensionada para atender plenamente o objetivo principal e os objetivos específicos do projeto. Conforme já anunciado, a elaboração do Plano Diretor Participativo de Rio da Conceição - TO contemplará, além de uma fase inicial (FASE 0) para organização administrativa do contrato, três fases sequenciais, descritas a seguir.

■ FASE A – PLANEJAMENTO

Levantar dados e informações, e elaborar a base vetorial georreferenciada da cidade com as feições espaciais dos parcelamentos, com informações de quadra, projeção da edificação, número de lote e área nos parcelamentos formais e vetorização das ocupações irregulares. Sensibilização dos atores, mobilização e eleição do Conselho Municipal; nivelamento, levantamento de dados, atualização da base cadastral e sistematização técnica; discussão e aprovação do Plano de Trabalho e do Plano de Comunicação.

■ FASE B – DIAGNÓSTICO

Diagnóstico do Município – realização da Caracterização Urbana e Rural, das Leituras Técnica e Comunitária, através de reuniões, audiências públicas; a confecção dos mapas temáticos e analíticos, e Relatório de Diagnóstico ou Leitura Urbana-Rural.

■ FASE C – INSTRUMENTAÇÃO

Definição das Diretrizes de desenvolvimento do município para os próximos dez anos, sistematização das propostas e elaboração do Projeto de Lei do Plano Diretor.

5.1. FASE 0 – ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Prazo: 30 dias (Maio/2023)

Custo: **R\$ 76.320,00 (Setenta e seis mil e trezentos e vinte reais)** sendo:

Entrada (Na assinatura): R\$62.320 (sessenta e dois mil e trezentos e vinte reais) +

Parcela 1: R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais).

Atores envolvidos: IAC/UFT, Prefeitura de Rio da Conceição - TO.

Produtos: Plano de Trabalho detalhado aprovado pela Prefeitura de Rio da Conceição - TO.

5.2. FASE A – PLANEJAMENTO

Em um primeiro momento, o presente Plano de Trabalho será submetido aos representantes da Prefeitura de Rio da Conceição - TO para avaliação. Uma vez aprovado nos termos do convênio, iniciam-se formalmente as atividades previstas no referido documento.

A fase de planejamento se inicia, primeiramente, com o levantamento de dados e de informações, passando à elaboração da base vetorial georreferenciada da cidade com as feições espaciais dos parcelamentos, com informações de quadra, projeção da edificação, número de lote e área nos parcelamentos formais e vetorização das ocupações irregulares.

Em seguida, se prossegue à definição da equipe da Prefeitura Municipal responsável pela logística, organização e registro oficial, através de Atas e fotografias de todos os eventos do processo, bem como pela ampla divulgação e assessoramento ao Conselho Municipal.

Posteriormente, serão realizadas as atividades discriminadas a seguir:

- I -** identificação das lideranças comunitárias e agentes públicos ou privados capazes de atuar como representantes e multiplicadores das ações de capacitação e mobilização da população, especialmente considerando instituições escolares, de saúde, de ações sociais e associações comunitárias, inclusive vereadores;
- II -** identificação de locais de referência nas áreas urbana e rural, com facilidade de acesso, espaço suficiente e estrutura para as reuniões comunitárias e Audiências regionalizadas;
- III -** identificação de órgãos e instituições de grande visibilidade para exposição de cartazes;
- IV -** identificação dos principais meios de comunicação de massa para realização de convênios de cunho social, inclusive redes sociais;
- V -** preparação e impressão do material de sensibilização com conteúdo adequado e explícito relativo ao processo;
- VI -** criação de meio eletrônico de divulgação dos trabalhos e produtos; e,

VII - convite para o lançamento dos trabalhos de elaboração do Plano Diretor Participativo de Rio da Conceição - TO junto com a posse do Conselho Municipal.

Posteriormente, será lançado o Edital Público pela Prefeitura, amplamente divulgado nos meios de comunicação de massa disponíveis, para eleição nos determinados seguimentos que constituirão o Conselho Municipal. Este Conselho terá como missão o acompanhamento dos trabalhos de elaboração do PDPM e, posteriormente, de monitoramento do cumprimento da Lei do Plano Diretor.

Trata-se, portanto, de um órgão consultivo e de assessoramento do Poder Executivo Municipal, cuja composição deverá respeitar a Recomendação Nº. 13 do Conselho Nacional das Cidades, qual seja, 60% de representantes da sociedade civil organizada e 40% do Poder Público Municipal. O número total de conselheiros – formados por titulares e suplentes – deve ser definido pelo Poder Executivo Municipal e indicado no Edital.

Após a sessão de posse do Conselho Municipal, deverá ser realizado um curso de nivelamento direcionados aos membros desse Conselho, além de vereadores, técnicos da Prefeitura e demais lideranças comunitárias interessadas, aberto à comunidade.

A proposta inicial é que o curso seja ofertado em 2 (dois) encontros com a equipe técnica do IAC\UFT e profissionais convidados, a fim de apresentar e discutir pontos relevantes do processo de elaboração do PDPM. Os dias e horários serão definidos em conjunto, e o objetivo será sensibilizar e nivelar conhecimentos técnicos e jurídicos entre os atores envolvidos diretamente quanto aos seguintes temas:

- O Estatuto da Cidade: princípios, instrumentos e objetivos.
- Elaboração e acompanhamento de Planos Diretores Participativos: metodologia e monitoramento social.
- Ordenamento Territorial
- Meio Ambiente e Sistema de Espaços Livres
- Mobilidade urbana e Redes de Infraestruturas

Posteriormente, o Conselho Municipal elegerá seu presidente e fará a apreciação e aprovação do seu Regimento Interno, do Plano de Trabalho do Plano Diretor e do Plano de Comunicação.

O lançamento oficial do processo de elaboração do Plano Diretor Participativo pela Prefeitura ocorrerá na 1ª Audiência Pública do Plano Diretor, quando serão apresentados os membros do Conselho Municipal, o Plano de Trabalho revisado, o Plano de Comunicação e Cronograma das Audiências Públicas, para aprovação.

O Plano de Comunicação responde pela definição das estratégias de divulgação do processo de elaboração do PDPM, destacando-se os meios de comunicação a serem utilizados, material gráfico, bem como a definição das datas das audiências públicas e demais eventos previstos.

Prazo:	90 dias (Junho, Julho e Agosto/2023)
Custo:	R\$ 90.320,00 (noventa mil e trezentos e vinte reais) sendo: Parcela 2: R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais) + Parcela 3: R\$ 62.320,00 (sessenta e dois mil e trezentos e vinte reais) + Parcela 4: R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais).
Atores envolvidos:	IAC/UFT, Prefeitura de Rio da Conceição - TO.
Produtos:	Relatório Final da Fase A dividido em RP0A-1 e RP0A-2, contendo: <ul style="list-style-type: none">- RP-A: 1:<ul style="list-style-type: none">- Planta cartográfica georreferenciada da cidade, mapas e anexos;- RP-A: 2:<ul style="list-style-type: none">- Edital de convocação e Decreto do Poder Executivo Municipal que institui o Conselho Municipal com atos de nomeação de conselheiros efetivos e suplentes por segmento, conforme Resolução no. 13 do ConCidades;- Regimento Interno do Conselho Municipal;- Plano de Trabalho, revisado e detalhado, aprovado;- Plano de Comunicação, aprovado;- Site ou outro repositório eletrônico de amplo acesso;- Material gráfico de divulgação;- Registros de todas as ações realizadas;- Convocação da 1ª Audiência Pública;- ATA e demais registros da 1ª Audiência Pública.

5.3. FASE B – DIAGNÓSTICO URBANO-RURAL

Esta etapa consiste, essencialmente, em um processo de conhecimento mútuo e de integração com o município, isto é, da Equipe Técnica do IAC com os servidores da Prefeitura de Rio da Conceição - TO, e destes com a população e seus representantes.

Esse processo de conhecimento mútuo e integração representa o “coração e o cérebro” da elaboração do PDPM. Primeiro, porque visa reconhecer que todos os agentes e atores envolvidos ensinam e aprendem a todo instante, por mais que haja papeis formalmente definidos. Precisamente por esta razão, torna-se fundamental destinar à população e seus representantes o protagonismo, ou seja, a missão de falar, discutir e apresentar propostas. À Equipe Técnica e aos representantes do Poder Público Municipal caberá ouvir com atenção, gerenciar os conflitos e saber traduzir as expectativas em respostas imperativas aos problemas e ambições levantadas.

Em segundo lugar, por tratar-se do momento destinado ao levantamento de inúmeros dados e informações (estudos, legislações e mapeamentos existentes), fundamentais para a realização da leitura técnica, especialmente considerando a caracterização urbana e rural do município, que deve

estar disponível para consulta da população pelo menos quinze dias antes da primeira audiência pública regionalizada de Leitura Comunitária.

Após a disponibilização da Caracterização Urbana e Rural, a fase de análise da Leitura Técnica prosseguirá concomitantemente às audiências públicas da Leitura Comunitária, para a qual estão previstas a realização de 3 (três) audiências públicas¹ regionalizadas, destinando-se a informações gerais e nivelamento sobre o processo e debates livres dos quais resultarão quadros sobre potencialidades, problemas e propostas para o bairro/setor, a cidade, área rural e, ainda, para todo município e sua região. O processo de elaboração do PDPM estará dividido em 3 (três) eixos temáticos, a saber:

- 1. Ordenamento Territorial:** Uso e ocupação do solo, habitação, equipamentos comunitários, sistemas de espaços livres e legislação urbana;
- 2. Sistema Viário e Infraestruturas:** Transporte, mobilidade, redes de saneamento, energia e telecomunicações;
- 3. Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico e Governança.**

Além das Audiências regionalizadas (2ª audiência pública à 4ª) da Leitura Comunitária, também serão realizados Fóruns Setoriais com segmentos da sociedade e/ou órgãos, instituições, entidades ou associações comunitárias, para contribuições específicas ao processo. A princípio, fica estabelecido que os Fóruns Setoriais serão realizados a pedido dos interessados.

Por fim, a conjugação da leitura técnica e da comunitária será sistematizada em um único Relatório de Diagnóstico e Diretrizes Urbanas e Rurais, a ser apreciado pelo Conselho Municipal. Este Relatório deverá ser submetido à aprovação em Audiência Pública (5ª) exclusiva, com registro obrigatório em ata e fotografias.

Prazo: 90 dias (Setembro, Outubro, Novembro/2023)

Custo: **R\$ 42.000,00 (Quarenta e dois mil reais)** sendo:

Parcela 5: R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais) +

Parcela 6: R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais) +

Parcela 7: R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais).

Atores envolvidos: IAC/UFT, Prefeitura de Rio da Conceição - TO.

Produtos:

- Relatório Final da Fase B contendo:
 - Relatório da Leitura Técnica: Caracterização Urbana e Rural;
 - Relatório da Leitura Comunitária – diagnóstico resultante das audiências públicas e Fóruns Setoriais;
 - Quadro-Síntese de Diagnóstico Técnico Urbano e Rural do Município de Rio da Conceição - TO, incluindo mapeamentos temáticos;
 - Atas e demais registros das reuniões do Conselho Municipal e outras ações.
 - Ata de demais registros das Audiências Públicas regionalizadas, 2ª e 3ª.

¹ Ver Art. 8 da Resolução ConCidades nº. 13, o qual adverte que a publicação no Diário Oficial do Município deverá observar antecedência mínima de 15 dias da data prevista para a realização da Audiência.

5.4. FASE C – INSTRUMENTAÇÃO

A última etapa tem início com a sistematização das Propostas provenientes de ambas as leituras, Técnica e Comunitária, com vistas à produção da Minuta de Lei em versão preliminar do PDPM, com seus respectivos anexos.

O documento será primeiramente apresentado ao Conselho Municipal para apreciação e aprovação. Posteriormente será redigida a versão final, qual seja, o Projeto de Lei (PL) do Plano Diretor Participativo e Sustentável do Município de Rio da Conceição - TO, posteriormente encaminhado à Procuradoria Geral do Município para o Parecer Jurídico.

Em seguida, o PL será apresentado à população em Audiência Pública final (6ª), intitulada “Conferência de Desenvolvimento Municipal”, específica para aprovação do Plano Diretor Participativo de Rio da Conceição - TO. Após aprovado, o Projeto de Lei será encaminhado ao Prefeito para sanção, e finalmente, remetido à Câmara de Vereadores para tornar-se Lei Municipal.

Prazo:	60 dias (Dezembro/2023 e Janeiro/2024)
Custo:	R\$ 28.000,00 (Vinte e oito mil reais) sendo: Parcela 8: R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais) + Parcela 9: R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais).
Atores envolvidos:	IAC/UFT, Prefeitura de Rio da Conceição - TO. - Relatório Final da Fase C, contendo:
Produtos:	- Minuta de Lei e respectivos Anexos (quadros, tabelas e mapas) do PDPM de Rio da Conceição - TO aprovado no Conselho Municipal e na Audiência Pública final “Conferência da Cidade”; - Ata e demais registros da reunião do Conselho. - Ata de demais registros da 5ª Audiência Pública de Aprovação do texto e anexos a minuta de Lei.

6. RESPONSÁVEIS

Propõe-se que as responsabilidades sobre a elaboração do Plano Diretor Participativo de Rio da Conceição - TO sejam distribuídas da seguinte forma:

- **Elaboração:** Prefeitura Municipal e Instituto de Atenção às Cidades – IAC/UFT;
- **Acompanhamento:** Prefeitura Municipal de Rio da Conceição - TO; Conselho Municipal, Ministério Público Estadual e Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins - FAPTO;
- **Aprovação final:** Prefeitura Municipal de Rio da Conceição - TO e Câmara de Vereadores.

Recomenda-se, ainda, a constituição de um **Grupo Gestor** composto por representantes da Prefeitura e da FAPTO, para análise técnica de todos os produtos parciais entregues pelo IAC. Para cada um destes produtos o grupo deverá se reunir para a análise e emissão de Pareceres Técnicos. A liberação dos pagamentos de cada produto estará vinculada a sua prévia aprovação.

A equipe do IAC também se dispõe a manter contato com o Ministério Público Estadual e Secretaria Estadual de Planejamento a fim de estabelecer um canal transparente de discussões técnicas e metodológicas associadas à elaboração do Plano Diretor e ações subsequentes.

7. EQUIPE TÉCNICA

O processo de elaboração do Plano Diretor Participativo do Município de Rio da Conceição - TO será coordenado pela Prefeitura, por meio do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano, assessorada pela consultoria especializada do Instituto de Atenção às Cidades (IAC), vinculado à Universidade Federal do Tocantins (UFT), por intermédio de sua Fundação de Apoio, a FAPTO.

A equipe técnica do IAC\UFT\FAPTO está dividida em Equipe Chave e Equipe Complementar. Enquanto a Equipe Chave é formada, em sua maioria, por pesquisadores da UFT, a Equipe Complementar será formada por seis estagiários - estudantes de arquitetura e urbanismo ou engenharia civil da UFT - selecionados em Edital de Seleção no início dos trabalhos.

7.1. EQUIPE CHAVE

Nome	Função	CPF
Humberto Xavier de Araújo	Coordenador Geral	796.566.682-00
Pedro Igor Galvão Gomes	Coordenador e Responsável Técnico	718.612.541-72
Juliana Barros Martins Coelho	Assistente da Coordenação	018.611.321-82
Renato Silva Reis	Especialista em Ordenamento Territorial	030.397.251-30
Sarah Afonso Rodovalho	Especialista em Ordenamento Territorial e Leg. Urbana	013.031.131-63
Clara Silva Gonçalves	Especialista em Des. Regional e Meio Ambiente	066.550.541-84
Thaiane Adriela Saueressig	Especialista em Infraestrutura urbana	061.463.575-61
Nailson Martins Dantas Landim	Especialista em Tecnologia da Informação	017.857.073-70

7.2. MINI-CURRÍCULOS

Nome	Humberto Xavier de Araújo – Coordenador Geral do Convênio
Resumo	Possui graduação em Engenharia de Telecomunicações pelo Instituto da Amazônia (2015), mestrado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal do Tocantins UFPA (2007), doutorado em Engenharia Elétrica pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP (2012) e pós-Doutorado pela mesma Instituição. Atuou como coordenador geral do Plano Diretor Participativo de Paraíso do Tocantins (2018) e Redenção-PA (2021), coordenou o Plano de Mobilidade Urbana de Paraíso do Tocantins (2020), gerente de projeto do Cadastro Territorial e Planta Genérica de Valores de Paraíso do Tocantins (2018) e Pedro Afonso (2019). Atualmente é Professor Associado da UFT no curso de Engenharia Elétrica, Pós-graduação em Modelagem Computacional de Sistemas e Diretor de Energia do Instituto de Atenção às Cidades – IAC/UFT.
Nome	Pedro Igor Galvão Gomes – Coordenador Técnico e Especialista em SIG
Resumo	Arquiteto e Urbanista pela Universidade Federal do Tocantins (2021), com larga experiência profissional em Sistemas de Informações Geográficas. Desenvolveu pesquisa relacionada a regionalização no planejamento urbano de Palmas-TO a partir das bacias hidrográficas. Mestrando do Programa de Pós-graduação em Ciências do Ambiente da UFT. Atuou no “Cadastro Territorial de Pedro Afonso” (2019), “Planta Genérica de Valores de Pedro Afonso” (2019), “Plano Diretor Participativo de Paraíso do Tocantins” (2018), no “Plano de Mobilidade Sustentável de Paraíso do Tocantins” (2020), Redenção - PA (2021) e Dianópolis (2022).

Nome	Juliana Barros Martins Coelho – Assistente da Coordenação
Resumo	Bacharel em direito pelo CEULP ULBRA (2012) e especialista em Gestão Empresarial pela Universidade Federal do Tocantins – UFT (2020). Possui ampla experiência no desenvolvimento de projetos de pesquisa, extensão e ensino, tendo atuado profissionalmente na Fundação de Apoio Pesquisa do Tocantins – FAPTO e possui experiência na análise com mais de 50 projetos atuando no controle, estudo e acompanhamento na elaboração de Projetos, controlando prazos de entregas de relatórios técnicos e na elaboração de prestação de contas financeira parciais e finais; acompanhamento de saldo de projetos, e as solicitações pertinentes a execução do projeto, como elaborar ofício e documentos para alterações de contratos. Atualmente atua em função de compras públicas pela Universidade Estadual do Tocantins – UNITINS.
Nome	Renato Silva Reis – Especialista em Estruturação Urbana
Resumo	Arquiteto e Urbanista pela UFT (2016). Mestre em Geografia pela UFT (2020). Atua principalmente no planejamento urbano e produção do espaço urbano. Atuou como arquiteto no projeto “Cadastro Territorial e Planta Genérica de Valores de Paraíso do Tocantins” (2018) e “Cadastro Territorial e Planta Genérica de Valores de Pedro Afonso” (2019), como Especialista em Infraestrutura Urbana no “Plano Diretor Participativo de Paraíso do Tocantins” (2018), Especialista no Plano de Mobilidade Urbana de Paraíso do Tocantins (2020), Coordenador Técnico do Plano Diretor de Redenção-PA (2021) e Arquiteto e Urbanista no Plano Diretor de Dianópolis - TO (2022).
Nome	Sarah Afonso Rodvalho – Especialista em Ordenamento Territorial e Legislação Urbana
Resumo	Arquiteta e Urbanista pela UFT. Mestre e Doutora em Desenvolvimento Regional pela UFT. Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFT. Integrou a equipe de elaboração de Planos Diretores em Angola e da Política de Habitação e do PLHIS de Palmas. Atua principalmente na habitação social, planejamento urbano, acessibilidade, mobilidade e conforto ambiental. Atuou na equipe de elaboração do Plano Diretor de Paraíso do Tocantins (2018), Plano Diretor de Redenção-PA (2021) e Plano Diretor de Dianópolis (2022)
Nome	Clara Silva Gonçalves – Especialista em Des. Regional e Meio Ambiente
Resumo	Geógrafa pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Técnica em Agrimensura pelo Instituto Federal do Tocantins (IFTO). Integrante do projeto de pesquisa intitulado: Organização Interna da Cidade: Formas, Processos e Agentes na Produção/Reprodução do Espaço Urbano. Atua nas áreas de Geoprocessamento e SIG voltados para o planejamento urbano. Integrou a equipe do IAC-UFT na elaboração do Plano Diretor de Redenção - PA (2021) e Plano Diretor de Dianópolis - TO (2022).
Nome	Thaiane Adriela Saueressig – Especialista em Infraestrutura e Saneamento Ambiental
Resumo	Arquiteta e urbanista graduada pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Atuou como colaboradora do Grupo de Estudos em Desenvolvimento Urbano e Regional (GEDUR-UFT), realizou cursos complementares que utilizam plataformas BIM e SIG. Participou da organização de eventos acadêmicos regionais e nacionais, de trabalhos de pesquisa, extensão e monitoria em áreas que envolvem paisagismo, regularização fundiária, resistência dos materiais, utilização de softwares, projeto de arquitetura, direito urbanístico, entre outros. Suas experiências anteriores se deram tanto no setor público quanto privado, incluindo estágios realizados no Programa Cataforte e no Plano de Mobilidade Urbana de Paraíso do Tocantins (PlanMob Paraíso).
Nome	Nailson Martins Dantas Landim – Especialista em Tecnologia
Resumo	Tecnólogo em Sistemas para Internet pelo Instituto Federal de Ensino Ciência e Tecnologia do Tocantins - IF/TO (2014), Mestre em Modelagem Computacional da Universidade Federal do Tocantins - UFT (2021), com foco em Internet das Coisas, Engenharia de Software e Inteligência Artificial. Possui experiência no desenvolvimento e manutenção de aplicações Web de larga escala, tendo atuado profissionalmente no Brasil e na Argentina. Atua principalmente no desenvolvimento de software para: Web, Sistemas Embarcados e Inteligência Artificial.

Serão selecionados 02 (dois) estagiários, estudantes dos cursos de arquitetura e urbanismo, engenharia civil e áreas afins da UFT, preferencialmente naturais de Rio da Conceição - TO, para o preenchimento das vagas da equipe complementar. Essa recomendação se faz importante uma vez que se pretende com o trabalho desenvolvido contribuir também para a formação de recursos humanos capacitados para atuar nessa área.

7.3. DISTRIBUIÇÃO DAS COMPETÊNCIAS

A Equipe Técnica cumprirá com objetivos do projeto em consonância com as tarefas a seguir.

Função: Coordenador Geral

Atividades/Produtos

- Elaboração do Plano de Trabalho (RP00)
- Coordenação, acompanhamento e orientação das atividades nas Fases A, B e C.
- Confecção dos Relatórios Parciais (RP-A, RP-B e RP-C)

Contrapartida

- Capacitação e Treinamento dos Técnicos da Prefeitura
- Fase A** – Coordenação técnica, administrativa e financeira das ações.
Fase B – Coordenação técnica, administrativa e financeira das ações.
Fase C – Coordenação técnica, administrativa e financeira das ações.

Função: Coordenador e Responsável Técnico

Atividades/Produtos

- Elaboração do Plano de Trabalho (RP00)
- Coordenação, acompanhamento e orientação das atividades nas Fases A, B e C.
- Confecção dos Relatórios Parciais (RP-A, RP-B e RP-C)

Contrapartida

- Capacitação e Treinamento dos Técnicos da Prefeitura e comunidade
- Fase A** – Coordenação técnica das tarefas, cursos, audiências e fóruns setoriais.
Fase B – Coordenação técnica das tarefas, cursos, audiências e fóruns setoriais.
Fase C – Coordenação técnica das tarefas, cursos, audiências e fóruns setoriais.

Função: Especialista em Mobilidade Urbana e Transportes

Atividades/Produtos

- Confecção dos Relatórios Parciais (RP-A, RP-B e RP-C)

Contrapartida

- Capacitação e Treinamento dos Técnicos da Prefeitura e comunidade
- Fase A**
- Relatório de Caracterização Urbana e Rural
 - Mapeamentos Temáticos georreferenciados
- Fase B**
- Levantamento de dados e informações na Prefeitura
 - Relatórios de Leitura Técnica e Comunitária
 - Elaboração do Diagnóstico Urbano-Rural
- Fase C**
- Elaboração das Diretrizes e Propostas

Função: Especialista em Tecnologia da Informação

Atividades/Produtos

- Criação do site repositório do PD
- Alimentação e manutenção do site
- Confecção dos Relatórios Parciais (RP-A, RP-B e RP-C)

Função: Especialista em Ordenamento Territorial e Legislação Urbana**Atividades/Produtos**

- Confecção dos Relatórios Parciais (RP-A, RP-B e RP-C)

Contrapartida

- Capacitação e Treinamento dos Técnicos da Prefeitura e comunidade

Fase A

- Relatório de Caracterização Urbana e Rural
- Mapeamentos Temáticos georreferenciados

Fase B

- Levantamento de dados e informações na Prefeitura
- Relatórios de Leitura Técnica e Comunitária
- Elaboração do Diagnóstico Urbano-Rural

Fase C

- Elaboração das Diretrizes e Propostas

Função: Especialista em Estruturação Urbana e Mobilização Comunitária**Atividades/Produtos**

- Confecção dos Relatórios Parciais (RP-A, RP-B e RP-C)

Contrapartida

- Capacitação e Treinamento dos Técnicos da Prefeitura e comunidade

Fase A

- Atualização da base cartográfica
- Pesquisa e levantamento de dados georreferenciados
- Produção de Mapas Base em várias escalas
- Mobilização de entidades e segmentos
- Criação Meio eletrônico
- Material de divulgação

Fase B

- Organização e realização das atividades de Leitura Comunitária
- Levantamento de dados e informações na Prefeitura
- Relatórios de Leitura Técnica e Comunitária
- Elaboração do Diagnóstico Urbano-Rural

Fase C

- Elaboração das Diretrizes e Propostas

Função: Especialista em Infraestrutura Urbana e Saneamento**Atividades/Produtos**

- Confecção dos Relatórios Parciais (RP-A, RP-B e RP-C)

Contrapartida

- Capacitação e Treinamento dos Técnicos da Prefeitura e comunidade

Fase A

- Relatório de Caracterização Urbana e Rural
- Mapeamentos Temáticos georreferenciados

Fase B

- Levantamento de dados e informações na Prefeitura
- Relatórios de Leitura Técnica e Comunitária
- Elaboração do Diagnóstico Urbano-Rural

Fase C

- Elaboração das Diretrizes e Propostas

8. ESCOPO E PRAZOS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Para o atendimento dos objetivos propostos será necessário o desenvolvimento dos itens de escopo apresentados no cronograma macro a seguir (**Quadro 1**). Destaca-se que as atividades da FASE A, FASE B e FASE C ocorrerão sequencialmente, uma vez que cada etapa exige a conclusão, na íntegra, da etapa antecedente. Tal organização de tarefas sequenciais e dependentes exigirá rigor na coordenação e plena dedicação da equipe para a conclusão dos prazos estipulados no cronograma.

Reconhecendo o papel das mídias digitais, será criado um ambiente de trabalho virtual (em nuvem) para o repositório de documentos do projeto com acesso compartilhado entre a equipe técnica e os servidores da Prefeitura que compuserem o Grupo Gestor. Também será criado um grupo de trabalho em aplicação de mensagens instantâneas para facilitar o trabalho em equipe. Ainda, será elaborada uma página em rede social para vinculação de notícias e avisos à população de Rio da Conceição - TO. Durante todo o projeto especial atenção será dada às mídias de divulgação e mobilização da população do município de Rio da Conceição - TO.

Ao final de cada fase será entregue um Relatório Parcial (RP) contendo a metodologia utilizada, bem como os resultados e a discussão dos objetivos alcançados em cada etapa. Este produto é importante não apenas para a Prefeitura, que poderá acompanhar os resultados do projeto, mas também para a Coordenação e Gerência de Projeto, pois servirá de indicador de desempenho para as tarefas atribuídas à equipe técnica. Cabe ressaltar, que internamente, a cada tarefa será exigida a produção de relatórios mensais, a fim de registrar o alcance ou não de cada meta.

Inicialmente, com 15 dias a partir da assinatura do contrato\convênio, associado ao Plano de Trabalho do Projeto Básico, será entregue o Plano de Trabalho Atualizado do Projeto Executivo incluindo o cronograma detalhado de todas as atividades e premissas para o cumprimento dos objetivos propostos. Por tratar-se de fase preliminar, para organização executiva das atividades do projeto básico, denominou-se esta etapa como FASE 0 cujo produto Plano de Trabalho será produzido e entregue ao cliente com a rotulagem RP00, devendo ser analisado e aprovado. Posteriormente, ao final de cada etapa (FASE A, B e C) será entregue um RP para medição e aprovação dos resultados e subsequente pagamento pelos serviços prestados.

Recomenda-se que todos os produtos gerados pela equipe sejam primeiramente analisados pelo Grupo Gestor, formado por membros da Prefeitura e FAPTO, e depois de aprovados sejam disponibilizados à sociedade como forma de transparência e promoção da participação pública. Recomenda-se ainda, que todo o trabalho seja acompanhado por representantes do Ministério Público e da Câmara dos Vereadores de Rio da Conceição - TO.

Ressalta-se aqui o compromisso do Instituto de Atenção às Cidades – IAC da Universidade Federal do Tocantins – UFT, junto à Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins – FAPTO em cumprir com rigor o cronograma detalhado a constar no Plano de Trabalho. No entanto, podem ocorrer atrasos no levantamento de insumos, no repasse de recursos ou na mobilização de servidores da Prefeitura Municipal. Nessas situações, caberá à FAPTO a pedido da Coordenação de Projeto, informar a Prefeitura acerca das atualizações no cronograma.

Item	Atividade	Maio				Junho				Julho				Agosto			
Sub-item	semanas	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
1	Fase 0 - Organização (RP00)																
1.1	Reunião de Kick off																
1.2	Mobilização dos envolvidos																
1.3	Planejamento de ações																
1.4	Cronograma revisto																
2	Fase A – Planejamento (RP-A:)																
	RP-A: 1 - Elaboração da Planta Cartográfica																
2.1	Aquisição da Imagem Aérea de Alta Resolução.																
2.2	Coleta de dados e projetos junto à Prefeitura																
2.3	Visita técnica à Rio da Conceição																
2.4	Ajuste espacial dos projetos aprovados																
2.5	Vetorização dos lotes e edificações																
2.6	Elaboração de pranchas e desenhos técnicos																
	RP-A: 2 – Planejamento do Plano Diretor																
2.7	Definição Equipe Técnica da Prefeitura																
2.8	Identificação de lideranças, locais, órgãos, etc																
2.9	Preparo e impressão de material gráfico																
2.10	Criação de meio eletrônico de divulgação																
2.11	Edital de convocação de entidades/segmentos																
2.12	Publicação convocação 1ª Audiência Pública																
2.13	Posse do Conselho Municipal e Regimento Interno																
2.14	Curso de nivelamento: SIG																
2.16	1ª Audiência Pública: Aprovação dos Planos de Trabalho e Comunicação															09	
2.17	Encaminhamento do Plano aprovado ao MPE																
2.18	Redação e entrega do Relatório Parcial A																

Continua...

Item	Atividade	Setembro				Outubro				Novembro				Dezembro				Janeiro			
Sub-item	semanas	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
3	Fase B – Diagnóstico (RP-B)																				
3.1	Capacitação em Planejamento Participativo																				
3.2	Levantamento de dados e informações																				
3.3	Confecção de mapas temáticos da Leitura Técnica																				
3.4	Elaboração do Relatório de Leitura Técnica Urbana e Rural																				
3.5	Fóruns Setoriais / Visita de campo																				
3.6	2ª Audiência Pública Regional – Leitura Comunitária				27																
3.7	3ª Audiência Pública Regional – Leitura Comunitária							18													
3.8	Elaboração do Diagnóstico Técnico Comunitário																				
3.9	Confecção dos mapas temáticos do Diagnóstico Técnico Comunitário																				
3.10	Aprovação do Diagnóstico Técnico, Comunitário e Diretrizes no Conselho Municipal																				
3.11	Divulgação do Diagnóstico Técnico Comunitário																				
3.12	4ª Audiência Pública: Aprovação do Diagnóstico e Urbano-Rural e Diretrizes do Plano Diretor											22									
3.13	Redação e entrega do Relatório Parcial RP-B																				
4	Fase C – Instrumentação (RP-C)																				
4.1	Elaboração das Diretrizes e Propostas																				
4.2	Redação do Projeto de Lei e Anexos do Plano Diretor																				
4.3	Aprovação do Projeto de Lei no Conselho Municipal																				
4.4	Divulgação da Minuta de Lei																				
4.5	5ª Audiência Pública: Aprovação da Minuta de Lei																				
4.6	5ª Audiência Pública: Aprovação da Minuta de Lei																				
4.7	Redação e entrega do Relatório Parcial RP-C																		12		

REALIZAÇÃO

